

Comissão aprova ação imediata

Os membros da CPI do Orçamento apoiaram por unanimidade o requerimento apresentado ontem pelos senadores Luís Alberto Martins (PTB-PR) e José Paulo Bisol (PSB-RS), pedindo a decretação do sequestro e indisponibilidade dos bens dos envolvidos nas denúncias de desvio de dinheiro público. Por causa de uma dúvida jurídica, o requerimento será feito para ser submetido à votação hoje, mas já ficou decidido que a CPI encaminhará à Procuradoria Geral da República, por enquanto, somente os depoimentos dos parlamentares que já foram ouvidos, para a instauração do inquérito criminal e a consequente decretação das chamadas medidas securatórias ou acautelatórias.

O requerimento dos senadores previa o envio de todos os documentos já levantados pela CPI, mas os parlamentares concluíram que não poderiam ser remetidos os documentos bancários que tiveram o sigilo quebrado exclusivamente para a CPI.

“O texto do requerimento vai

ser feito, mas vamos transmitir seguramente todos os depoimentos para a Procuradoria Geral da República”, informou o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA).

Acompanhamento — Em mais de uma hora de discussão sobre o assunto, o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) defendeu que fossem encaminhados ao Ministério Público somente os documentos e depoimentos dos parlamentares que já depuseram na CPI e sobre os quais já existem fortes indícios de envolvimento na máfia do orçamento. Ficou acertado que, além do envio dos depoimentos, os procuradores vão acompanhar os trabalhos da CPI e à medida que acharem necessário vão requisitar novos documentos para sustentar as instaurações de inquéritos e decretação de sequestro de bens.

“Se encaminharmos os quase 30 nomes citados na denúncia ao Ministério Público, podemos estar incorrendo em um prejuízo em relação a pessoas inocentes”, ponderou Mercadante.